



CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL (CTIL)
Ata da 69ª reunião, realizada em 12 de setembro de 2016

1 Em 12 de setembro de 2016, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica
2 Institucional e Legal (CTIL) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
3 (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
5 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente Antonio Thomaz
6 Gonzaga da Matta Machado, do Instituto Guaicuy – SOS Rio das Velhas.
7 Representante do poder público estadual: Matheus Valle de Carvalho e
8 Oliveira, da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e
9 de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae).
10 Representantes dos usuários de recursos hídricos: Evilânia Alfenas Moreira,
11 da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Rander Abrão
12 Tostes, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Carlos Alberto
13 Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
14 Gerais (Faemg); Denise Bernardes Couto, da Federação das Indústrias do
15 Estado de Minas Gerais (Fiemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro
16 de Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira
17 de Geração de Energia Limpa (Abragel). Representantes de entidades da
18 sociedade civil ligadas aos recursos hídricos: Gustavo Bernardino Malacco
19 da Silva, da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro
20 (Angá); Gustavo Tostes Gazzinelli, do Fórum Nacional da Sociedade Civil
21 nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc); Leonardo Augusto dos
22 Santos, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
23 (Crea-MG). **Assuntos em pauta.** **1) ABERTURA.** O presidente Antonio
24 Thomaz Gonzaga da Matta Machado declarou aberta a 69ª reunião da
25 Câmara Técnica Institucional e Legal. **2) COMUNICADOS DOS**
26 **CONSELHEIROS.** Conselheiro Matheus Valle de Carvalho e Oliveira: “Eu
27 queria fazer um comunicado em nome da diretoria da Arsae. Eu não sei se
28 todos sabem, a Arsae é a agência reguladora dos serviços de água e esgoto
29 de Minas Gerais e, entre outros, regula e fiscaliza a Copasa. Nós abrimos na
30 semana passada, no dia 5, a primeira fase de audiências e consultas
31 públicas para a segunda etapa da revisão tarifária da Copasa. Isso para nós
32 é um evento muito importante, talvez a coisa mais importante que a Arsae
33 fez nesses oito anos de existência. Na revisão tarifária, o que nós fazemos é
34 rever os custos da Copasa e, além disso, propor pautas para que o setor de
35 água e esgoto avance em Minas Gerais. Entre os temas que nós vamos
36 tratar, nós dividimos o processo de revisão tarifária, que culmina com a
37 publicação de um índice de aumento da tarifa no meio do ano que vem. Nós

38 dividimos esse processo em algumas fases, em que vão ser discutidos
39 temas diferentes, e tem alguns temas que serão discutidos que são de
40 interesse do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, do setor de meio
41 ambiente, do setor de recursos hídricos, entre os quais eu destacaria o
42 estabelecimento de novas diretrizes para a universalização do esgotamento
43 sanitário. Além disso, nós estamos querendo estruturar ações de uma forma
44 um pouco mais estruturada, ações de proteção de mananciais. Nós
45 esperamos que a Copasa, tendo recursos especiais destinados para essa
46 finalidade, tenha uma atuação menos reativa, mais pensada, mais
47 planejada. E nós estamos querendo trabalhar também, além de proteção de
48 mananciais, o tema de combate a perdas. Então são três temas importantes
49 para o saneamento, e nós entendemos que têm uma relação direta com a
50 finalidade, com os propósitos deste foro aqui, do setor. No momento
51 oportuno, nós vamos divulgar com mais rigor, e esperamos que o setor e os
52 representantes dos atores que aqui estão e que têm assento no Conselho
53 participem e contribuam. Nós esperamos que seja um processo articulado
54 com todo mundo.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu queria
55 parabenizar a Arsae pela iniciativa, e espero que depois liberem para nós o
56 calendário com os locais onde serão realizadas essas audiências públicas.
57 Por exemplo, quando eu estive no Seminário das Águas, em Divinópolis,
58 havia uma reclamação muito grande lá em relação à questão do tratamento
59 de esgoto, uma insatisfação muito grande. A mesma coisa eu vi em Ubá e
60 também em Montes Claros. Então eu acho muito pertinente a iniciativa,
61 espero que a partir dela não se trate apenas de questão de revisão tarifária,
62 embora seja um gancho para questionar a qualidade dos serviços e a
63 efetividade. Então eu acho importante que essa oportunidade de
64 participação nas audiências públicas se interiorize, não fique só na capital. E
65 a ideia dos mananciais também. Muita gente questiona, por exemplo, a
66 situação do rio das Velhas, do rio Paraopeba, onde a Copasa é a maior
67 concessionária, a maior usuária. Na verdade, não é a Copasa, é a
68 população, por meio da Copasa. Mas é uma coisa também muito
69 importante.” Conselheiro Matheus Valle de Carvalho e Oliveira: “Nós
70 estamos pensando em fazer além de uma audiência pública. Nós
71 começamos agora o processo, e o que nós estamos fazendo agora é colocar
72 a pauta da revisão tarifária em discussão, os itens que nós vamos discutir ao
73 longo do ano. Nós estamos pensando em fazer uma reunião em Belo
74 Horizonte, que seria a quarta dessas reuniões de abertura, sendo que as
75 outras três que antecederiam estão pensadas para o interior. Nós ainda não
76 sabemos exatamente quais cidades, porque depende, inclusive, de logística,
77 de espaço nas cidades. Mas a ideia é levar também para que a discussão
78 seja feita no interior. Além de fazer essas audiências públicas, que são
79 quase que formalidades – inclusive, está na lei que devem ser feitas –, nós
80 estamos querendo fazer outro tipo de discussão também. Por exemplo, para

81 tratar esgotamento sanitário e proteção de mananciais, nós queremos fazer
82 seminários, que teriam um caráter mais aberto, um pouco mais técnico e
83 político também. Então, além de fazer essas audiências públicas, que seriam
84 momentos até de formalidade, que têm que constar do processo, nós
85 queremos abrir esses outros espaços, que seriam mais espaços de
86 discussão e de construção mesmo. Eu vou divulgar o calendário assim que
87 estiver definido.” **3) EXAME DA ATA DA 68ª REUNIÃO.** Aprovada por
88 unanimidade a ata da 68ª reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal,
89 realizada em 8 de agosto de 2016. **4) MINUTA DE DELIBERAÇÃO
90 NORMATIVA CONJUNTA COPAM/CERH-MG, QUE ESTABELECE
91 DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS PARA A DEFINIÇÃO DE ÁREAS DE
92 RESTRIÇÃO E CONTROLE DO USO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E DÁ
93 OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PARA EXAME E POSTERIOR
94 ENCAMINHAMENTO ÀS UNIDADES DELIBERATIVAS COPAM/CERH-MG
95 PARA APROVAÇÃO. Apresentação: IGAM.** Minuta de deliberação
96 normativa aprovada por unanimidade pela CTIL com as seguintes
97 modificações: – Aprovada por unanimidade nova redação para o segundo
98 Considerando: “CONSIDERANDO o inciso II do artigo 13, da Lei Estadual nº
99 13.771, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe que área de Restrição e
100 Controle é caracterizada pela necessidade de disciplinamento das
101 extrações, controle máximo das fontes poluidoras já implantadas e restrição
102 a novas atividades potencialmente poluidoras.”; – Aprovada por unanimidade
103 a supressão do Parágrafo Único do Artigo 10; – Aprovada por maioria nova
104 redação para o Artigo 3º: “Art. 3º A delimitação das Áreas de Restrição e
105 Controle será definida pelo Instituto Mineiro de Gestão de Águas - IGAM, em
106 articulação, quando for o caso, com a Fundação Estadual do Meio Ambiente
107 - FEAM, a Secretaria de Estado de Saúde e os Comitês de Bacias
108 Hidrográficas, considerando a integração de informações geológicas,
109 hidrogeológicas, de saúde pública, do uso e ocupação do solo, dos planos
110 de bacias hidrográficas e de estudos ambientais e o disposto no Artigo 4º da
111 Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH nº 92/2008.”
112 A nova redação foi aprovada com voto contrário da conselheira Denise
113 Bernardes Couto: “Fiemg, voto contrário. Eu votaria pela proposta original
114 dada pela redação original da minuta de DN.” A Presidência registrou dez
115 votos favoráveis e um voto contrário à nova redação. **5) ASSUNTOS
116 GERAIS.** Renata Maria de Araújo, da Procuradoria do IGAM: “Eu gostaria de
117 me despedir dos senhores hoje. É a última reunião da CTIL da qual eu
118 participo. Na sexta-feira, eu passei a compor a equipe da Diretoria de Autos
119 de Infração da SEMAD. A Procuradoria do IGAM continuará aqui
120 acompanhando os senhores, mas esta é a minha última reunião.
121 Eventualmente, eu vou participar aqui com os senhores com um auto de
122 infração, que esta Câmara tem competência como instância terminativa,
123 lavrado pela SEMAD, mas que tenha como objeto a pauta de recursos

124 hídricos. Eu agradeço a todos pelos ensinamentos, os puxões de orelha,
125 mas são dez anos participando aqui com os senhores, e eu aprendi muito.
126 Muito obrigada.” Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Eu
127 gostaria de agradecer à Renata e parabenizá-la por todo o trabalho que nós
128 acompanhamos, pela competência. É uma pena. Espero que seja uma
129 perda momentânea e que ela retorne logo à Procuradoria. É um excelente
130 trabalho que ela desenvolve ao longo dos anos. Nós também já discutimos,
131 mas o seu trabalho é exemplar.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli:
132 “Para mim, foi um prazer ter trabalhado com você. Apesar dos puxões de
133 orelha eventuais, eu acho que você é uma pessoa muito profissional e muito
134 técnica, embora muitas vezes eu tenha discordado de você. E nem sempre
135 eu acho que eu discordei de você, mas da orientação que você recebeu para
136 defender, com muita propriedade, na reunião. Agora, eu espero que você já
137 comece emitindo um bom auto de infração à Samarco, que está a merecer,
138 e conto com que sua competência se desdobre realmente. Já entrando nos
139 assuntos gerais, amanhã haverá uma reunião, uma audiência de conciliação
140 entre a Samarco, a Advocacia Geral da União e a Advocacia Geral do
141 Estado de Minas Gerais. Acharam por bem tirar todos os órgãos ambientais
142 das tratativas judiciais com relação ao desastre da Samarco. Olhem que
143 absurdo. Eu fui ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e o cara, que,
144 para mim, não merecia ser procurador geral federal, Ronaldo Guimarães
145 Gallo, esse cidadão chegou lá perguntando para o Ibama qual era a posição
146 do Ibama sobre o desastre, sobre o Dique S4, e chegou defendendo a
147 posição da Samarco. Quer dizer, ele não deveria ser advogado da
148 Advocacia Geral da União, mas da advocacia geral da Samarco. E esse
149 órgão, a Advocacia Geral da União, argumentou com a juíza da 12ª Vara
150 Federal de Justiça, em Belo Horizonte, que os órgãos de meio ambiente não
151 deveriam poder se manifestar na audiência de conciliação que acontecerá a
152 partir de amanhã. Olhem que absurdo. Ou seja, chamou a si, a Advocacia
153 Geral da União, que não entende de meio ambiente, assim como, salvo
154 melhor juízo, a Advocacia Geral do Estado, e retiraram todos os órgãos
155 ambientais: o Ibama, o Instituto Chico Mendes, a ANA, o IGAM, a FEAM, o
156 IEF. Todos foram eliminados. A juíza acatou a posição da AGU e da AGE, e
157 na audiência de conciliação que haverá amanhã eles não poderão ser
158 manifestar. É isso o que aconteceu. Então isso é uma coisa assombrosa,
159 coisa da República brasileira.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira:
160 “Deve ter uma razão nos autos do processo.” Conselheiro Gustavo Tostes
161 Gazzinelli: “A razão é que o governo da Dilma e o governo Pimentel fizeram
162 um acordo com a Samarco e a Vale, e agora os governos do Michel Temer e
163 do Pimentel querem honrar esse acordo, que tem normas absurdas. Eu vou
164 dar exemplo de algumas: por exemplo, no termo de ajustamento de conduta,
165 chamado ‘acordão Samarco’, só a Samarco e a fundação que ela criou
166 podem contratar experts para debater os temas que serão objeto de

167 polêmica na discussão. Então quer dizer que o dinheiro, os R\$ 20 bilhões
168 previstos nesse ‘acordão’, o governo federal nem o estadual vão poder, por
169 exemplo, pegar uma parte desse dinheiro para contratar experts; só a
170 Samarco que pode: a Samarco, a Vale e a fundação dela. Se o governo
171 quiser contratar experts, contrate com o dinheiro dele.” Presidente Antonio
172 Thomaz Gonzaga da Matta Machado: “Eu gostaria de enfatizar, para que
173 seja constado em ata, o agradecimento da CTIL à participação da Renata
174 durante dez anos, em que ela participou efetivamente de toda a construção
175 desse processo de normatização da legislação. Que isso seja colocado, com
176 ênfase, na ata.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Pessoalmente,
177 também, eu acho que nós todos, não só da CTIL, como todo o Sistema de
178 Recursos Hídricos, temos uma dívida, de coração, muito grande com a
179 Renata. Eu não fui amigo do doutor Hugo Werneck, mas convivi com ele
180 proximamente, porque ele foi presidente da CAP. Ele falava que a multa e o
181 auto de infração eram a negação da briga pelo meio ambiente. Então,
182 Renata, na hora em que você puder, corra de lá novamente e volte para cá.”
183 **6) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
184 presidente Antonio Thomaz Gonzaga da Matta Machado agradeceu a
185 participação de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada
186 esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Antonio Thomaz Gonzaga da Matta Machado
Presidente da Câmara Técnica Institucional e Legal